

A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO E DO PREPARO DO FUTURO DOCENTE PARA A PRÁTICA INCLUSIVA EM SALAS REGULARES COM ALUNOS COM TEA

Anna Karina Barreto do Nascimento

Mestre em Ciência da Educação

José Ivan Dutra Júnior

Mestre em Matemática Aplicada

Micheline Cavalcanti Lima

Mestre em Ensino das Ciências

FACHUCA

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Anna Karina Barreto do Nascimento, José Ivan Dutra Júnior y Micheline Cavalcanti Lima (2019): "A importância da reflexão e do preparo do futuro docente para a prática inclusiva em salas regulares com alunos com TEA", Revista de Investigación Latinoamericana en Competitividad Organizacional RILCO, n. 4 (noviembre 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/rilco/04/docente-alunos-tea.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/rilco04docente-alunos-tea>

RESUMO

O presente artigo destaca a importância da reflexão e da conscientização sobre o sistema educacional inclusivo para estudantes com TEA (Transtorno do Espectro Autista), no olhar docente. Com o intuito de fortalecer a formação acadêmica dos futuros Pedagogos e Professores de Matemática está pesquisa propõe informar, conscientizar e formar licenciandos a partir de eventos como palestras, oficinas, rodas de conversas promovendo um aporte teórico e prático sobre o ensino inclusivo e de qualidade. As discussões do evento permearam pelas políticas públicas educacionais com ênfase na inclusiva e nos espaços igualitários para todos. Trouxe para a comunidade educacional uma visão das várias áreas da sociedade como: saúde, direito, legislação e pedagógica. Conclui-se que os eventos acadêmicos são fontes de conhecimentos que permitem o enriquecimento do saber acadêmico, uma troca de informações e de cultura e de formação.

Palavras-chave: inclusão, escolar, TEA, licenciatura, formação.

SUMMARY

This article highlights the importance of reflection and awareness about the inclusive educational system for students with ASD (Autistic Spectrum Disorder), in the teaching perspective. In order to strengthen the academic formation of the future Pedagogues and Teachers of Mathematics this research proposes to inform, raise awareness and to form graduates from events such as lectures, workshops, wheels of conversations promoting a theoretical and practical contribution on inclusive and quality teaching. The discussions of the event permeated by public educational policies with an emphasis on inclusive and equal spaces for all. It brought to the educational community a vision of the various areas of society such as health, law, legislation and pedagogy. It is concluded that academic events are sources of knowledge that allow the enrichment of academic knowledge, an exchange of information and culture and training.

Keywords: inclusion, school, TEA, undergraduate, training.

RESUMEN

El presente artículo destaca la importancia de la reflexión y la concientización sobre el sistema educativo inclusivo para estudiantes con TEA (trastorno del espectro autista), en la mirada docente. Con el fin de fortalecer la formación académica de los futuros Pedagogos y Maestros de Matemática, se propone informar, concientizar y formar licenciandos a partir de eventos como conferencias, talleres, ruedas de conversaciones promoviendo un aporte teórico y práctico sobre la enseñanza inclusiva y de calidad. Las discusiones del evento penetraron por las políticas públicas educativas con énfasis en la inclusiva y en los espacios igualitarios para todos. Trae a la comunidad educativa una visión de las diversas áreas de la sociedad como: salud, derecho, legislación y pedagogía. Se concluye que los eventos académicos son fuentes de conocimientos que permiten el enriquecimiento del saber académico, un intercambio de informaciones y de cultura y de formación.

Palabras clave: inclusión, escolar, TEA, licenciatura, formación.

INTRODUÇÃO

A educação é o maior meio de mudança possível na sociedade, visto que tem um poder transformador. Diversas mudanças na nossa legislação brasileira e também nas práticas pedagógica inclusiva de alguns docentes na atual realidade das escolas; devido o debate em suas formações acadêmicas e formação continuada, ressaltamos os princípios pedagógico mais inclusivo tanto para estudante quanto para professores, desde a educação infantil até o ensino superior. É nesse contexto que se perfaz à formação dos futuros docentes e atuais docentes sobre o tema inclusão escolar para o TEA (Transtorno do Espectro Autista).

A educação inclusiva perpassa aos muros e leva a complexidade da interação sócio educacional e humana, levando o estudante do ensino superior a quebrar paradigmas pertinentes ao trabalhar com a inclusão do TEA no ensino regular. São muitos anseios e inquietações que os estudantes de pedagogia relatam quando se deparam com alunos autistas em sala de aula. Isso incomoda os estudantes do curso de pedagogia e licenciatura em matemática e torna-se desafiador.

Com o objetivo de conscientizar, informar e formar aos futuros discentes a realidade a qual estará inserido, no ambiente escolar inclusivo, onde este futuro docente trabalhará as diferenças em sua plenitude. Para isso, a instituição tem a obrigação de prepará-lo; e o processo de ensino aprendizagem, que procuramos ampliar os nossos conhecimentos acadêmicos.

Um âmbito de nossa aprendizagem que tem características específicas é a aquisição de pautas de comportamento e de conhecimento relativo às relações sociais. Embora , sem duvidar, se sobreponha a outras categorias de aprendizagem a aquisição de mudança de atitudes, valores, normas, etc. tem característica distintas. (POZO, 2002, p.73)

A educação é um direito de todos, e está garantida na constituição brasileira para todos os seus cidadãos, sem discriminação de cor, raça ou etnia. Diante disso a escola é para todos. A visão da escola inclusiva segue esta mesma linha assim reafirma Stainbacke *apud* Servatius (1992):

A conduta de uma escola inclusiva requer uma crença pessoal de que todas as crianças podem aprender e um compromisso de proporcionar a todas as crianças igual acesso a um currículo básico rico e uma instrução de qualidade. (STAINBACKE *apud* SERVATIUS, FELLOWS & KELLY, 1992, p.269)

Deve-se incluir de verdade e não havendo isso estamos excluindo este estudante TEA de uma educação igualitária. É nessa educação para todos, que lutamos para os estudantes com TEA. É necessária uma proposta transformadora da inclusão, não é só do professor, mas de toda comunidade escolar; de quebra de paradigmas, do preconceito, do coitadinho e surge o desafio de refletir sua prática, conceitos e respeito ao seu estudante no processo inclusão. “A primeira traduz não só o desconhecimento de como remover barreiras, mas a segurança que abriga o medo e que pode aprisionar o desejo de ousar”. (CARVALHO, 2009, p.40).

Nesta ousadia de mudança, é que podemos preparar os nossos estudantes de licenciaturas plena em pedagogia e matemática, para uma realidade inclusiva no nosso sistema educacional. É conhecendo as teorias acadêmicas, associadas com a prática inclusiva, que levamos os nossos futuros docentes a mergulhar na ótica da inclusão; e com isso, discutir, refletir, sugerir uma renovação nas experiências acadêmicas a qual são submetidos, procurando sempre quebrar dogmas de exclusão sócio educacional.

Diante disso, como preparar estes futuros docentes para a prática inclusiva com estudante autista? Como incluir o autista no ambiente escolar? As atividades são diferenciadas? Nesse extremo de paridade, que busca-se responder essa problemática sobre a inclusão escolar do TEA no olhar dos futuros docentes.

METODOLOGIA

Para contemplar o objeto central desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica utilizando-se de dados como: teses, dissertações, artigos e livros, materiais estes que abordam a prática inclusiva em várias perspectivas. Segundo Gil (1991, p. 48) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído

principalmente de livros e artigos científicos [...]” Trata-se de um estudo descritivo das atividades realizadas pelos acadêmicos de licenciatura em pedagogia e em matemática.

Este trabalho consistiu em uma reflexão sobre o preparo do estudante do curso de licenciatura em pedagogia e em matemática da FACHUCA (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Cabo de Santo Agostinho), para uma prática inclusiva em salas regulares. Diante de muita inquietude e questionamentos dos futuros docentes, em parceria com a coordenadora do curso de licenciatura e professores da Instituição de Ensino Superior, iniciamos mês de abril com as atividades referente ao autismo. Esse ano incluiu além do âmbito educacional, o jurídico. O evento foi gratuito, uma vez que somos uma autarquia do município do Cabo de Santo Agostinho e temos a responsabilidade social com todos. O abril Azul como é conhecido, onde há vários anos se têm essa prática para proporcionar aos futuros docentes dos cursos de licenciatura de matemática/pedagogia a entender e aprender o TEA na sociedade, na escola e na família. Estes estudos foram fracionados por oficinas, palestras e roda de conversas, onde todos os alunos da instituição e a comunidade externa poderão participar.

O evento construído a partir das atividades realizadas foi intitulado de WOKSHOP DO AUTISMO, teve início com uma palestra sobre “Métodos e Técnicas! Mas, o importante é, com a psicopedagoga, relatando a importância da equipe multidisciplinar, família e escola na vida do estudante com TEA. A palestrante em sua fala abordou a importância da aceitação do diagnóstico e momento de luto da família ao saber que seu filho ou filha possuírem o transtorno espectro autista. Assim como os métodos mais utilizados para trabalhar como o TEACCH - *Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children*, e Como o ABA - *Applied Behavior Analysis*. Além das preciosas indicações de associações que a família e os professores podem encontrar como apoio e esclarecimento do TEA com a AMA - Associação de Amigos do Autista, SOMAR - Clínica Apoio e Tratamento de crianças e jovens com Autismo, entre outros. Em seguida, houve uma discussão foi aberto para as perguntas e em seguida finalizou em um debate com os estudantes e docentes da instituição foi bastante esclarecedor e dinâmico para os futuros mestres.

Já no segundo momento da programação foi a roda de conversa com uma equipe de convidados diversificada: professores, psicopedagoga, pedagoga, mãe com seu filho G. que é diagnosticado com TEA. A Roda de Conversa oportunizou aos participantes capturar diversas experiências no âmbito do cotidiano escolar, tanto no que concerne ao conteúdo quanto às diversas maneiras de ensinar. As experiências não bem sucedidas também foram ressaltadas neste diálogo pedagógico. De modo especial com os depoimentos da mãe participante, em sua luta para o sucesso atual da vida do seu filho. As rejeições, os preconceitos, a falta de profissionais qualificados; até que um dia surge uma profissional que proporciona meios para seu filho desenvolver e aprender a ler escrever, falar; isto é gratificante na vida do professor. Pela riqueza e originalidade das narrativas dos participantes dessa roda de conversa, revelou que há pertinência de dar voz aos profissionais com larga trajetória na pesquisa, na docência e na educação escolar. Enfim, a roda de conversa permitiu estabelecer o “semicírculo” com os profissionais à frente dos alunos permitiu uma visualização igualitária e equidistante, criando assim, um ambiente propício ao diálogo esclarecedor. No encerramento, os aplausos foram intensos por parte do público presente, público este, que, inclusive, aplaudiu de pé, valorizando as experiências socializadas pelos participantes.

O terceiro momento foi marcado pela realização de uma oficina onde os alunos participarem ativamente construindo materiais estruturados e adaptados para trabalhar com estudante com TEA, eles criaram instrumentos pedagógicos lúdicos de caráter multidisciplinares. Os futuros professores construíram, apresentaram seus inventos e suas aplicabilidades em sala de maneira que não só um aluno aprenda e sim todos de forma única e inclusiva. Mais ainda, foram realizadas atividades para os estudantes em processo inclusivo, no qual o mesmo desenvolva sua potencialidade e prazer de aprender, foi um momento de troca de conhecimento e experiências entre todos os participantes. A adaptação de recursos é um instrumento essencial, que facilita ao professor trabalhar diferentes habilidades com diferentes indivíduos, praticamente ao mesmo tempo. Proporcionando ao estudante autista um suporte útil para o aprendizado eficiente de conteúdos de uma forma mais prazerosa e lúdica.

Encerrou-se o evento com uma palestra “Autismo: os direitos do paciente e os desafios no acesso a saúde”, alguns pontos foram esclarecidos sobre os direitos e

deveres no âmbito sócio educacional do estudante com autismo. O que implica as atitudes que tomamos no âmbito jurídico a não aceitação na escola ou mesmo na sala, assim como o que a legislação brasileira nos orienta na esfera federal, estadual e municipal. Com um discurso temático pertinente na área de saúde, ela esclareceu o procedimento de aquisição do laudo, exames e medicamentos necessários para estes estudantes com TEA. Um fator muito defendido foi a necessidade de se ter Alertado sobre a prescrição de laudos por profissionais de saúde qualificados, ressaltou também, as instituições que pode atender esse estudante. As associações, poder público a que deve recorrer em caso de orientação ou denuncia de maus tratos ou negligencia ao mesmo. Ao final da atividade foi aberta uma sessão de perguntas e para o Debate que foi bastante esclarecedor tanto para os futuros professores quanto aos docentes da faculdade.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

A inclusão escolar vem sendo estudada e pesquisada, por muitos professores acadêmicos e alunos de pedagogia. Para compreender e enriquecer as experiências profissionais, voltada para inclusão do autismo na educação, procurando contribuir na evolução dos métodos e práticas pedagógicas do ensino e aprendizagem desse aluno. Segundo Carvalho (2009, p.37) “que as reflexões girem em torno de aspectos afetivos (sentir) e racionais (pensar), por acreditar que estão sempre presentes e interligados nas nossas ações e atitudes, em qualquer atividade profissional e em especial na de educadores”. O aluno autista necessita desse profissional com olhar sensível e ao mesmo tempo confiante de seu aluno. Valorizando suas habilidades e trabalhando suas lacunas, deixando o mesmo confiante em seu futuro.

O professor sente-se inseguro diante de um aluno autista, porque é um desafio de trabalhar com ele. A proposta transformadora da inclusão não é só do professor, mas de toda comunidade escolar; é quebra de paradigmas, do preconceito, do coitadinho e surge o desafio de refletir sua prática, conceitos e respeito ao estudante em processo inclusão. Para torna isso real, é indispensável à discursão coletiva dos envolvidos: família, professores, gestores, estagiários e comunidade. Focando, sempre no processo de aprendizagem desse aluno autista. Assim relata Carvalho (2009, p.40). “A primeira traduz não só o desconhecimento de como remover

barreiras, mas a segurança que abriga o medo e que pode aprisionar o desejo de ousar”.

Para poder aprimorar sua prática pedagógica em relação a inclusão escolar, faz-se necessário o conhecimento teórico-prático, que nas disciplinas oferecidas na licenciatura não suprem. Esses complementos são adquiridos a partir de busca contínua de formação continuada, seminários, oficinas, congressos e outros.

Outro item essencial para a formação acadêmica do licenciando é o conhecimento sobre a existência do material didático-(psico)pedagógico adaptado que se coloca, por definição, entre as ajudas técnicas, ou seja, “os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais, ou mentais da pessoa com deficiência, com o objetivo de permitir-lhe superar as barreiras da comunicação e da mobilidade” (MEC, Secretaria de Educação Especial, 2002, p. 8).

A legalidade da educação brasileira também faz parte da formação do estudante de licenciatura sendo um fator importante para orientar seu estudante e sua família. A declaração de Salamanca foi a precursora de todas as leis voltada para inclusão, esse documento é uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, Declaração Internacional Montreal sobre inclusão 05 de junho de 2001 e a Declaração de Salamanca no ano de 1994.

Apresentando um recorte histórico das leis brasileiras que foram sendo promulgadas e se destacando com o foco para a educação inclusiva no Brasil:

- 1961 – Lei Nº 4.024 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) fundamenta o atendimento educacional às pessoas com deficiência, chamadas no texto de “excepcionais”. Segue trecho: “A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.”
- 1971 – Lei Nº 5.692 - A segunda lei de diretrizes e bases educacionais do Brasil é da época da ditadura militar e substitui a anterior. O texto afirma que os alunos com “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. Essas normas deveriam estar de acordo com as

regras fixadas pelos Conselhos de Educação. Ou seja, a lei não promovia a inclusão na rede regular, determinando a escola especial como destino certo para essas crianças.

- 1988 – Constituição Federal - O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.
- 1989 – Lei Nº 7.853 - O texto dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Na área da Educação afirma, por exemplo, obriga a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino. Também afirma que o poder público deve se responsabilizar pela “matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”.
- Ou seja: exclui da lei uma grande parcela das crianças ao sugerir que elas não são capazes de se relacionar socialmente e, conseqüentemente, de aprender. O acesso a material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo também é garantido pelo texto.
- 1990 – Lei Nº 8.069 – Mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069 garante, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino; trabalho protegido ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para famílias com crianças e adolescentes nessa condição.
- 1996 – Lei Nº 9.394 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo específico para a Educação Especial. Nele, afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos

alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

- 1999 – Decreto Nº 3.298 - O decreto regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências. O objetivo principal é assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no “contexto socioeconômico e cultural” do país. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.

- 2001 – Lei Nº 10.172 - O Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, criticado por ser muito extenso, tinha quase 30 metas e objetivos para as crianças e jovens com deficiência. Entre elas, afirmava que a Educação Especial, “como modalidade de educação escolar”, deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência” era uma medida importante. Neste mesmo ano a Resolução CNE/CEB nº 2 O Conselho Nacional de Educação (CNE) institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre os principais pontos, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. 2002 – Resolução CNE/CP Nº1/2002 - A resolução dá “diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”. Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir “conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”.

- 2005 – Decreto Nº 5.626/05 - O decreto regulamenta a Lei Nº 10.436, de 2002 (link anterior).

- 2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - Documento elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça, Unesco e

Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Entre as metas está a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.

- 2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) - No âmbito da Educação Inclusiva, o PDE trabalha com a questão da infraestrutura das escolas, abordando a acessibilidade das edificações escolares, da formação docente e das salas de recursos multifuncionais.
- 2007 – Decreto Nº 6.094/07 - O texto dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. Ao destacar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça a inclusão deles no sistema público de ensino.
- 2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Documento que traça o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil para embasar “políticas públicas promotoras de uma Educação de qualidade para todos os alunos”.
- 2008 – Decreto Nº 6.571 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica e o define como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. O decreto obriga a União a prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino no oferecimento da modalidade. Além disso, reforça que o AEE deve estar integrado ao projeto pedagógico da escola.
- 2009 – Resolução Nº 4 CNE/CEB - O foco dessa resolução é orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica, no contraturno e nas chamadas salas de recursos multifuncionais das escolas regulares. A resolução do CNE serve de orientação para os sistemas de ensino cumprirem o Decreto Nº 6.571.
- 2011 - Decreto Nº 7.611 - Revoga o decreto Nº 6.571 de 2008 e estabelece novas diretrizes para o dever do Estado com a educação especial. Entre elas, determina que sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, que o aprendizado seja ao longo de toda a vida, e impede a exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência.
- 2011 - Decreto Nº 7.480 - Até 2011, os rumos da Educação Especial e Inclusiva eram definidos na Secretaria de Educação Especial (Seesp), do

Ministério da Educação (MEC). Hoje, a pasta está vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

- 2012 – Lei nº 12.764 - A lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Berenice Piana é uma militante brasileira, co-autora da lei 12.764, sancionada em 28 de dezembro de 2012, que leva seu nome: a Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista.
- 2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) - Sua redação é: “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”. O entrave para a inclusão é a palavra “preferencialmente”, que, segundo especialistas, abre espaço para que as crianças com deficiência permaneçam matriculadas apenas em escolas especiais.

Verifica-se que a preocupação específica com o TEA se inicia a partir de 2002 o destaque na Lei nº 12.764 - que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Em 2015 que foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência. No capítulo IV, a lei aborda o acesso à Educação e traz avanços importantes, como a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade. O texto diz que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis, mas não cita explicitamente que a matrícula de alunos com deficiência deva se dar na rede regular em vez de escolas especiais, o que é um ponto de controvérsias.

O não atendimento a esse aluno fere a lei constitucional brasileira no seu artigo 8º da lei nº 7.853/83, que coloca como crime recusar a matrícula desse aluno em qualquer escola. Como também a garantia de um cuidador ou acompanhamento especializado desse aluno no contexto escolar, previsto na lei nº 12.764 de 2012 em

seu artigo 3º durante o período da aula. A inclusão desses alunos, na maioria das vezes, é imposta por cumprimento de lei ou liminares judiciais.

Têm-se consciência que os autistas têm dificuldades de se relacionar, comunicar, tem interesse restrito por alguma coisa ou assunto, mas são pessoas altamente inteligentes e observadoras. Como qualquer necessidade específica existe os seus graus de comprometimento. A escola tem que se apropriar do conhecimento sobre o autismo, para que esse aluno seja mais bem compreendido e assistido no ambiente escolar. Os alunos autistas interessam por ciências naturais, podendo realizar cálculos mentais e criar belas histórias. A lentidão para realizar atividades é um dos traços característico, como também problemas psiquiátricos como: ansiedade, depressão, obesidade e outros ainda em estudos. Nada que uma equipe formada por multidisciplinar não resolva, para beneficiar o seu bem-estar. O aluno autista tem que ter de um acompanhamento associado a família e escola, para melhorar o seu desenvolvimento de aprendizagem. Camargo (2017, p. 107) “mais importante do que aprender conteúdos pedagógicos é o aprendizado torna-se motivador para a criança, e então, as possibilidades serão infinitas”.

E notável que a escola tem que promover a superação de obstáculos e desafios no seu contexto escolar, o professor em conjunto com toda comunidade escolar, são fundamentais no processo de evolução acadêmica e social desse aluno. Promovendo, sempre o respeito à ampliação de seu aprendizado, atendendo as inquietações e dificuldades sentidas pelo seu aluno. Para esse isso aconteça temos que qualificar os futuros docentes que saem das faculdades e universidades do nosso país.

A Escola inclusiva implica na interação total e unificação do sistema educacional. Incluir significa juntar e não excluir no sentido de expulsar ou segregar. Essa visão pode ser totalmente atual, embora não devemos acreditar que ainda exista essa atitude. Será que integrar é incluir? Depende do ponto de vista do educador e do contexto educativo em que ele vive. A inclusão só existirá quando houver respeito à diferença social. “No caso da integração, o fator determinante é a competência acadêmica e social; na inclusão, pelo contrário, todos os alunos têm o direito de fazer parte de turmas comuns independentemente de suas características”. (GUERROS, 2012. p. 42)

Integrar e incluir segundo Guerros (2012) tem visão bastante divergentes, do que vivenciamos na prática do ambiente escolar. A inclusão escolar no nosso país ainda é um grande desafio, principalmente de estudantes com TEA. A educação é um direito de todos de forma igualitária, assim cita a nossa constituição nacional em sua plenitude. Para que isso aconteça se faz necessário profissionais qualificados para fornecer uma prática pedagógica que favoreça ao estudante com TEA.

No intuito de promover uma prática inclusiva é preciso esclarecer aos discentes, que a mudança se inicia primeiro dentre de nós. No ambiente educacional encontra-se diversidades: cultural, social, religião, linguagem e socioeconômica e sexual. O multiculturalismo dos povos e ricos em aprendizagem são as diferenças que ainda não sabemos lidar, ao nosso crescimento acadêmico e social. A inclusão perpassa por toda essa diversidade, que viver, estudar e conviver com essa diferença, quebrando paradigmas e tornando a nossa sociedade mais inclusiva. Onde não existem preconceitos ou paradigmas, e que todos somos iguais e capaz de estudar juntos. Este é o modelo de escola inclusiva onde se baseia no princípio da homogeneidade e transmissão de conhecimento, assim retrata Dueñas (1991, p.52)

um lugar onde a aprendizagem é possível, seja qual for o tipo de deficiência: é também um modelo de escola centrada na criança, membro da comunidade e protagonista de seu processo de aprendizagem, valorizando seus sucessos em lugar de seus fracassos.

Lamentavelmente, como qualquer profissão sabemos que temos os pontos positivos e negativos. A questão do modismo passa também a existe na área educacional. O que podemos absorver positivamente para minha prática? Assim que se deve pensar pra aprender e aprimorar na profissão “*professor*”, é necessário um olhar diferenciado, onde a formação esteja ao seu dispor de forma ampla do conhecimento levando a ser um profissional de qualidade e qualificado para trabalhar no ambiente escolar inclusivo.

Creio que além de ser ter o desejo de ser professor, o desejo de ensinar e aprender com os seus aprendiz, urge a necessidade de compreender que muitas das respostas sobre o processo de aprender só pode ser conhecidas se o professor se propuser conhecer o seu aprendiz. (ORRÚ, 2016. p. 151)

Diferentemente do que Orrù (2016) ressalta, que não se estão acostumados a se sair da nossa zona de conforto para entender o outro. Aprende-se muito com nosso estudante mesmo ele em silêncio ou de qualquer forma de se expressar, tem significado, há uma troca. Não se deve só embasar na abordagem comportamental

dos indivíduos e nem nas suas limitações. Busca quebrar estigmas antigos como o que um determinado estudante com TEA tem características específicas e não pode superá-las devidos aos rótulos os quais a sociedade as coloca.

A escola e o professor têm que estar preparadas, para as quebra desses dogmas ultrapassados. Com isso as faculdades de ensino superior tem a obrigação de qualificar seus discentes da maneira mais complexa. Contando que seu aprendiz com TEA não é simplesmente um diagnóstico e sim uma pedra bruta a ser lapidada com seu valor humano.

Melhorar as condições pelas quais o ensino é ministrado nas escolas comuns, visando universalizar o acesso, a permanência e o prosseguimento da escolaridade do aluno, ou seja, a inclusão incondicional de todos os alunos nas turmas escolares não há magia. (CARNEIRO, 2013. p.149)

O que Carneiro (2013) cita não é uma magia, mas é possível na medida em que se preparam os nossos licenciados desde a formação em sua graduação para essa inclusão escolar real, não utópica como muito realizam. É importante desenvolver projetos que trabalhe a inclusão nos quais vise à estimulação participativa de maneira autônoma dos futuros docentes colocando-os em contato direto com profissionais experientes para interagirem e trocarem ideias práticas retirando suas inquietudes e anseios. Assim ressalta Camargo (2017, p. 105) “através do olhar de profissionais capacitados, os alunos de inclusão terão maiores chances de desenvolver habilidades imprescindíveis aos seus processos de desenvolvimento global”.

Em busca de um profissional bem qualificado nós professores acadêmicos temos o compromisso de preparar esses futuros jovens profissionais para a realidade do sistema educacional em que vivemos e atuamos.

No entanto, o sistema educacional e seus profissionais não andam sozinhos na inclusão TEA, entende-se que a família em conjunto com a escola é primordial na vida desses educandos. A interação de ambos torna-se favorável no processo de aprendizado desses educando. Assim como Camargo (2017, p.109) ressalta que “quando a família e a escola cooperam entre si, cria-se a oportunidade de ampliar o processo de aprendizagem da criança dentro e fora da escola”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O evento veio reforçar a verdade de que nem sempre a teoria contempla as necessidades do dia a dia, e o quanto se faz necessárias ações de formação pedagógicas para alcançar o sucesso, bem como a dedicação plena naquilo que se propõe a realizar.

Vale ressaltar, ainda, que essas atividades e experiências realizadas nos eventos de conscientização dentro da instituição de ensino superior, têm levado os acadêmicos de licenciatura em pedagogia e em matemática à reflexão e à conclusão de que é preciso garantir de uma inclusão escolar de aluno autista. Entretanto, essa temática precisa ser trabalhada durante toda a formação e na prática pedagógica do dia a dia para a adequação as novas demandas que poderão surgir. Por fim, consideramos que somente com informação e dedicação, sobretudo para futuros profissionais da educação, isto será possível.

Entende-se que a estratégia das rodas de conversa promove o desenvolvimento da linguagem oral e cria na escola um ambiente que respeita e acolhe diferença e a diversidade, contribuindo assim, para a formação do sujeito participativo e crítico na sociedade.

A adaptação de recursos não só enriquece o trabalho em sala de aula, mas também possibilita ao professor trabalhar de maneira individualizada com cada um de seus alunos. Quando se pensa no caso específico dos alunos portadores de transtorno do espectro autista, há uma dificuldade ainda maior em relação ao trabalho do professor: cruzar a barreira da interação, pensar em atividades e recursos que deem conta da área social, sem preterir a ação pedagógica inerente à escola.

Enfim, esperamos que este trabalho de pesquisa enriqueça os estudos sobre o assunto, possibilitando a continuidade desse estudo em outros níveis de ensino, como forma de compartilhar o conhecimento adquirido nessa trajetória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, – **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. 9ª ed. – Brasília. Câmara dos deputados. Edições Câmara, 2010. 207p.

BRASIL, Lei 12.764 - **Lei Berenice Piana**

BRASIL , LEI 12.764 dE 2012

BRASIL , Decreto 7.611 DE 17 de Novembro de 2011.

BRASIL, Decreto Presidencial nº 6.571 - **Atendimento Educacional Especializado**

BRASIL, LEI 7.853/83

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras pra a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comum: possibilidades e limitações**. 4ª edição – Petropolis: Vozes, 2013.

CAMARGO, Walter jr. e colaboradores. **Intervenção precoce no autismo: guia multidisciplinar: de 0 a 4 anos** – Belo Horizonte: Editora Artesã, 2017.

DUEÑAS, Maria – **Tengo um hijo disléxicos – Que puedo hacer?** – Ediciones Temas de Hoy, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

LDBEN - Lei Nº 4.024 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Brasília – Brasil

MARTINS, Lucia Araújo R. – **caminhos para uma educação Inclusiva** – João Pessoa Ideia, 2014

MEC - Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Portal do MEC; Brasília - Brasil

MEC - Lei Nº 10.172 - **O Plano Nacional de Educação (PNE)** – Portal do MEC; Brasília/Brasil

MEC - Política Nacional de Educação Especial - Portal do MEC - Brasília/Brasil

MEC – **A escola comum inclusiva** – Brasília 2010

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com Autista: Aprendizagem por eixos de interesse em espaço não excludentes** – Petrópolis: Vozes, 2016.

POZO, Juan Ignacio – Aprendiz e mestre – Porto Alegre, Artmed, 2002;

PLANALTO - Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 – Reforma de Ensino – Brasília / Brasil;

PLANALTO - **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 - Brasília / Brasil

STAINBACK,S.; SATAINBACK,W. **Inclusão um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SENADO, Decreto nº 7.480 de 16/05/2011 - Senado Federal – Brasília - Brasil

TEXEIRA, Gustavo. **Manual dos transtornos escolares: entendendo os problemas de crianças e adolescentes na escola**. 6º edição, Rio de Janeiro: best-seller, 2015.

TEXEIRA, Josele. NUNES, Liliane. **Avaliação Inclusiva: A diversidade reconhecida e valorizada** – 2º Edição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.